

Cella, Gian Primo (organizador). *Il movimento degli scioperi nel XX secolo*. Bologna, Società Editrice Il Mulino, 1979.

Res. por M. Theresa Schorer Petrone

Departamento de História — FFLCH/USP

“O movimento das greves no século XX” constitui o resultado de laboriosa pesquisa realizada por um grupo de sociólogos — Guido Boglioni, Lorenzo Bordogna, Gian Primo Cella, Pietro Kemeny, Giancarlo Provasi, Guido Romagnoli e Gian Enrico Rusconi — ligados às universidades de Turim, Parma, Trento e Cagliari.

Analisando com técnicas de quantificação, os mais variados aspectos das greves ocorridas desde o início deste século até 1970 na Grã Bretanha, Alemanha, Itália, França e nos Estados Unidos, e considerando esses movimentos os indicadores mais significativos da ação operária enquanto manifestação sindical e reivindicativa, acreditavam que poderiam detectar as relações entre ação operária e as mudanças sociais.

O livro em questão é o resultado da primeira fase desta pesquisa em que se procurou reconstruir os movimentos grevistas e suas formas, chegando-se a construir modelos explicativos.

Recorrendo não só a vasta bibliografia, como também a exaustiva coleta de dados quantitativos, essa obra apresenta extraordinária riqueza quanto às técnicas usadas para a abordagem a mais completa possível dos movimentos grevistas, levando em conta todos os aspectos envolvidos, ou seja, desde o número de dias de greve, a composição profissional dos grevistas, índice de sindicalização e de desemprego até os sistemas políticos e a ação de forças exteriores ao movimento operário, etc.

Por se tratar de trabalho extremamente sugestivo no encaminhamento metodológico e nos resultados, esse estudo merece uma análise mais pormenorizada, tendo em vista os interesses que também entre nós despertam as pesquisas dos movimentos grevistas.

O livro tem oito capítulos: o primeiro estuda “A prática da greve na ação operária e sindical”, seguindo-se cinco capítulos em que se analisam especificamente os movimentos grevistas em cada um dos países mencionados. O penúltimo capítulo, reunindo os resultados a que se chegou, trata dos “Movimentos das greves e modelos de conflitualidade: exame conclusivo e comparativo”. Finalizando há: “A análise empírica da conflitualidade. Nota Metodológica”.

O capítulo “A prática da greve na ação operária e sindical” merece uma leitura cuidadosa já que nele se propõem os objetivos da pesquisa, definindo-se, depois de uma análise historiográfica, as técnicas e os recursos metodológicos a serem usados para medir o significado dos movimentos grevistas.

O autor, Guido Baglione, mostra que as greves são fenômenos bem mais complexos, cuja análise não pode ficar restrita apenas às repercussões sobre a produção, se bem que seja o aspecto que mais atenção chama. A prática das greves acompanha desde o início as várias etapas das relações de produção capitalista, sendo o raio da ação operária muito amplo e marcado por transformações relevantes conforme os diversos estágios da economia e da sociedade capitalista. Costuma-se distinguir a ação econômica e a política: a primeira interessada na retribuição do trabalho e nas condições de trabalho e a segunda preocupada nas mudanças das relações da classe operária com as outras classes e com o Estado. São os dois pontos sempre presentes nas interpretações dos ideólogos do movimento operário, sendo as lutas econômicas expressas pelo sindicato e as políticas pelo movimento ou partido político operário.

Constituindo geralmente problema para a classe política no poder, a greve, retirando o consenso sobre os equilíbrios sociais e políticos, injeta novos e imprevistos “inputs” no sistema político. Assim, os momentos decisivos na história das relações de trabalho nos países industrializados são identificados pelas grandes greves.

O Autor em seguida estuda a greve nos clássicos do movimento operário e sindical, organizando para tal os autores numa tipologia.

No primeiro tipo são enquadrados os estudiosos que tentam mostrar a legitimidade histórica da ação sindical. Trata-se, principalmente, de estudiosos dos fins do século passado e dos inícios deste, inseridos, portanto, numa sociedade hostil ao sindicato. Tais autores propõem corretivos para que a ordem capitalista evolua para melhores condições econômicas e institucionais. Dentro desta tendência merece atenção o casal Webb, cujo trabalho fundamental é “A Democracia Industrial”.

O segundo tipo é composto por obras que encaixam o protesto operário e a experiência sindical nas mudanças sociais e produtivas. A maio-

ria recusa a prática e os fundamentos doutrinários capitalistas e prevê a desagregação do capitalismo. Marx, Bernstein, Kautzky, Lenin e também Georges Sorel são os principais representantes desse tipo, embora o pensamento desse último seja diferente dos demais.

O terceiro tipo seria constituído por autores que analisam os conflitos de trabalho e a experiência sindical nas suas explícitas e constantes manifestações. Procuram esclarecer o que significam sindicato e luta para os operários. Opondo-se a uma explicação ideológica dos conflitos de trabalho, valorizam “as instituições naturais e a psicologia espontânea da classe operária”. Os principais representantes são os norte-americanos, destacando-se Perlman com “Ideologia e prática sindical”.

O sub-capítulo “A evolução do fenômeno no desenvolvimento do capitalismo”, estuda como a prática da greve passou por um processo de legitimação e institucionalização com o desenvolvimento da sociedade e da economia capitalistas. Conclui-se que depois de muitas décadas de greves, essas não podem ser enquadradas em apenas uma interpretação.

O Autor ainda mostra que as greves se tornaram assunto para as ciências sociais a partir de 1950. Nessa década e nos inícios da seguinte os trabalhos consideravam a greve manifestação conflitual, mas centro de um processo de regulamentação e estabilização das relações sociais coletivas.

Posteriormente e, em especial, na década de 1970 em condições históricas novas, em que até “colarinhos brancos” fazem greve, os trabalhos apresentam outra tendência, procurando pesquisar as dimensões quantitativas para detectar a reativação do fenômeno e estabelecer as mudanças formais. Essa tendência, inclusive, estuda as greves fora do âmbito da empresa, procurando conexões no campo político e na mobilização social e cultural, etc.

Partindo de todos esses recursos bibliográficos, os Autores do livro em questão resolveram recorrer a três indicadores para estudar esse fenômeno com maior rigor científico: a frequência (o número de greves), a participação (o número de operários implicados), a duração ou severidade (número de dias de trabalho perdidos), procurando ainda verificar a interação com os ciclos econômicos.

Os pesquisadores, usando técnicas de quantificação, entretanto, não conseguem dar explicações para todos os fatos ligados a movimentos grevistas e, antes que o leitor crítico chegue ao fim do livro, reclamando a ausência de determinada abordagem, mostram que não podem ser captados, por exemplo, os elementos emocionais presentes nos movimentos grevistas, não podem ser individualizados os atores das greves, nem tão

pouco as estruturas organizativas hegemônicas dos diversos momentos e ambientes.

O estudioso brasileiro preso a uma tradição historiográfica que valoriza o lado ideológico e o papel que a greve desempenharia na luta de classes, ainda poderia criticar a pouca importância que esses dois temas receberam no trabalho em questão, especialmente reclamaria referências mais explícitas e amplas sobre a influência ideológica no movimento operário e nas estruturas de poder.

A pesquisa em questão visa especificamente a análise comparativa das tendências de conjunto das greves, a evolução de suas formas e de sua composição, a correlação destes aspectos com a realidade “externa” (ciclo econômico) e “internos” (especialmente a taxa de sindicalização), tendo em vista a construção de modelos.

Os principais aspectos da pesquisa levam em conta: a greve como fenômeno multidimensional; a greve como fenômeno não simplesmente evolutivo; a greve na sua composição intersetorial ou inter-indústria; a greve e suas formas; a greve e os ciclos econômicos.

Os cinco capítulos sobre os movimentos grevistas nos países estudados apresentam aproximadamente o mesmo plano, recorrendo às mesmas técnicas, aos mesmos recursos estatísticos, projetando os resultados em gráficos.

Para se ter uma idéia de como essa pesquisa foi encaminhada, faremos um rápido apanhado do capítulo que se refere aos movimentos grevistas da Grã Bretanha.

Primeiramente se estudam os elementos da ação operária, ou seja, a composição da força de trabalho, as formas de organização sindical, os objetivos reivindicados e as formas da luta operária, mostrando que, no caso específico, a greve é um indicador eficiente, mas não exaustivo da luta operária.

Com técnicas quantitativas e recursos gráficos e estatísticos são analisados os três indicadores da conflitualidade, ou seja, a frequência, a participação e a duração ou severidade das greves, recorrendo-se ainda ao número de trabalhadores sindicalizados e ao índice de sindicalização. Com esses dados e seu cruzamento, recorrendo ainda a critérios econômicos, políticos e sociais, dividiu-se o período em questão em fases.

Em seguida se estudam as formas e a composição dos movimentos grevistas, referindo-se primeiramente às mudanças das formas de conflitualidade, para depois analisar a composição por setor dos movimentos grevistas, com o objetivo de detectar o caráter mais ou menos difuso dos

vários ciclos de luta ou eventualmente localizar fases mono-setoriais. Constatou-se, por exemplo, que o período de 1929-1932 é mono-setorial, já que a indústria têxtil triplica sua quota na participação do movimento grevista.

Finalmente são analisadas as relações dos movimentos grevistas com os ciclos econômicos em que são levados em conta produto nacional bruto, produção industrial, índice de preços, salários monetários, desemprego e sindicalização a fim de construir um modelo econômico. Recorrendo-se também a dados político-institucionais, como a política de salários ou a limitação centralizada das reivindicações como elementos explicativos a fim de constatar a existência de um modelo político-organizativo.

Finalizando o capítulo, há um estudo sobre as características dos sub-períodos: uma tabela visualiza a história das greves na Grã Bretanha, dividindo-a em sub-períodos, tabela essa em que constam nível e evolução dos indicadores, formas de conflitualidade, composição setorial, ciclos de luta e sua composição, relação com as variáveis econômicas, relações com variáveis político-organizativas e relações industriais.

Depois da análise dos movimentos grevistas nos vários contextos nacionais, o capítulo "Movimento das greves e modelos de conflitualidade: exame conclusivo e comparativo" de autoria de Gian Primo Cella tenta amarrar os resultados obtidos, além de inserir ainda alguns dados, procurando obter conclusões explicativas e interpretativas que devam levar à construção de modelos mais ou menos recorrentes e à percepção de elementos causais que possam explicar a gênese desses modelos.

Um modelo explicativo e interpretativo das greves devia permitir a caracterização da ação grevista (econômica, política, etc.) e um juízo sobre o grau de dependência da ação grevista das outras variáveis, além de detectar os mecanismos que intervêm no controle de conflitualidade.

Analisa em seguida a contribuição de vários estudiosos no campo teórico e empírico: o modelo econômico e o político-organizativo de Snyder, o modelo de Shorter e Tilly resultante das pesquisas que realizaram sobre as greves na França e que as interpreta como instrumento da ação política da classe operária, o modelo organizado por Hibbs que se apóia nas variáveis econômicas e na configuração dos partidos dentro do sistema político.

O quadro teórico da pesquisa desses cientistas sociais italianos, entretanto, difere dos modelos acima, baseando-se no conceito de que a ação operária se apóia numa pluralidade de elementos constitutivos: a composição da força de trabalho, as formas de organização, os objetivos reivindicativos, a forma de luta, elementos nem sempre traduzíveis em variáveis estatísticas.

O quadro proposto inclui a regulação da conflitualidade operária, ou seja, a interrelação entre mercado contratual e mercado político.

Primeiramente o Autor se refere ao modelo económico em que se destaca — sempre para os cinco países pesquisados — o período antes da Primeira Guerra Mundial, o entre guerras e o segundo pós-guerra.

Lembrando com Hobsbawm e outros estudiosos a tendência das lutas se apresentarem mais frequentes em momentos cíclicos de ascensão e de pleno emprego, diminuindo nos períodos de depressão económica, o Autor organiza tabelas comparativas em que constam (1) concordância entre os indicadores com relação à sua dependência das variáveis económicas, (2) a contribuição explicativa das variáveis económicas, (3) o tipo de relação económica, (4) o grau de dependência do poder de mercado (de trabalho) medido através do desemprego, (5) o papel da sindicalização, (6) o papel das variáveis políticas (7) uma conclusão de conjunto para o modelo ou sobre o tipo de conflitualidade característica do período.

Esses dados permitem detectar o modelo económico para a Grã-Bretanha (1902-1914), o modelo económico influenciado pela sindicalização para a Alemanha (1902-1913), o modelo político organizativo para a França (1902-1913), para a Itália (1907-1923). O autor chama a atenção para os aspectos mais importantes da história do período em questão, além de lembrar que nem sempre todos os dados necessários são encontrados, como, por exemplo, faltam séries sobre o desemprego na França e na Itália.

Para os anos entre as duas guerras o modelo de conflitualidade para a Grã-Bretanha (1919-1938) e Estados Unidos (1919-1932) — sempre usando o esquema acima para a organização das tabelas — é o de lutas defensivas, enquanto que para a Alemanha (1919-1932) se constata o modelo económico (de lutas na fase de expansão) com influências políticas; para a França o modelo económico (de lutas na fase de expansão) com influências político-organizativas, sendo este último modelo constatado também para os Estados Unidos no período 1933-1949.

Para a conflitualidade do segundo após guerra, a Grã Bretanha (1946-1971) apresenta o modelo político organizativo, a Alemanha (1950-1974) e a França (1949-1971) apresentam modelo de determinação duvidosa, os Estados Unidos (1950-1973) o modelo económico (lutas na expansão) com influência política, e, finalmente, a Itália (1952-1973) o modelo económico (lutas na expansão) com forte influência político-organizativa.

Depois do estudo do modelo económico, o Autor analisa o papel da sindicalização, não tendo construído um modelo de mobilização sindical. Procurou-se apenas verificar o papel da sindicalização na explicação

dos conflitos, contando com mais um indicador no quadro das variáveis econômicas. Os indicadores do papel da sindicalização são a variação percentual dos inscritos em sindicatos, e taxa de sindicalização ou as suas variações, as mudanças na força organizativa dos sindicatos.

Independentemente do indicador usando, a hipótese levantada seria de que os aumentos nas inscrições nos sindicatos e o crescimento da taxa de sindicalização deveria provocar um aumento das lutas, sendo a hipótese contrária a de que o aumento também daria melhores condições para os sindicatos conseguirem aumentos salariais sem conflitos. O Autor não considera essa hipótese absurda, mas no caso das experiências estudadas, improvável, embora o caso da Alemanha do segundo após-guerra seja uma dúvida.

Em geral, pela análise dos conflitos nos países em questão, a primeira hipótese, ou seja, a relação entre a variação das adesões sindicais e a dinâmica das greves, foi confirmada. O exame comparativo levou à constatação da dinâmica das greves ter sido mais influenciada pelas variações da sindicalização na França, Alemanha e Itália.

Em último lugar as variáveis políticas, ou seja, a participação e mobilização político-partidária e o papel dos governos na gestão e regulação das relações industriais, também tem que ser considerado para verificar a eventual existência de um modelo político-organizativo. O Autor pensa que não se pode esperar muito deste tipo de abordagem devido à fragilidade metodológica que ela apresenta.

De maneira geral, o Autor acha que as experiências nacionais comprovam as hipóteses sobre a mobilização, ou seja, que um aumento das inscrições em partidos de esquerda gera maior conflitualidade e que governos trabalhistas diminuem a ocorrência de greves. São, entretanto, duvidosas as relações entre eleições políticas e as greves.

Depois dessas considerações comparativas o Autor espera chegar a “fragmentos de uma teoria mais geral de conflitualidade operária”, chamando atenção para as dificuldades que as pesquisas apresentam com relação à teoria, à metodologia estatística, não se esquecendo que a própria greve nem sempre explica toda a dinâmica da ação operária. Os resultados mais significativos seriam:

a) o movimento das greves, neste século, no conjunto, mostra uma sensível autonomia de variações com relação ao ciclo econômico. Essa conclusão se deve ao fato de as variáveis econômicas não conseguirem explicar as variações dos movimentos grevistas em sistemas de relações industriais heterogêneas; da não existência de uniformidade entre lutas operárias e ciclos econômicos nas várias fases históricas; da tendência de-

crecente da capacidade explicativa das variáveis econômicas; a não concordância do comportamento dos três indicadores base na sua dependência do ciclo.

b) o modelo econômico constitui a exceção à regra, sendo que em nenhum momento explica adequadamente toda a dinâmica das greves.

c) uma ação sindical independente do ciclo econômico.

d) o nível de desemprego é a variável explicativa mais segura e pode caracterizar a ação operária. Seus efeitos desencorajantes são os reguladores da conflitualidade.

e) a pequena capacidade explicativa do modelo econômico, entretanto, não permite considerar os outros modelos mais seguros.

f) sem esquecer a complexidade e as variadas características dos movimentos de conflitualidade, o autor apresenta os tipos de modelos e de situações.

1. Modelo econômico (lutas nas fases de expansão econômica): Grã-Bretanha (1902-1914); Alemanha (1919-1923); Estados Unidos (1950-1970) (nos dois últimos casos há pequena influência reguladora dos governos pró-trabalhistas).

2. Modelo econômico com influência organizativo-sindical e/ou político-mobilizadora: Alemanha (1902-1913); França (1920-1935); Estados Unidos (1933-1949).

3. Situação de lutas defensivas: Grã-Bretanha (1919-1938); Estados Unidos (1919-1923).

4. Modelo político-organizativo: França (1902-1913); Itália (1907-1923); Grã-Bretanha (1946-1971).

5. Outros modelos ou modelos em transformação: Alemanha (1950-1974); França (1949-1971); Itália (1952-1973).

Finalizando o volume, o capítulo "A análise empírica da conflitualidade: nota metodológica" explica os procedimentos estatísticos e alguns problemas de conceituação.

Trata-se, sem dúvida, de trabalho de fôlego com enorme pesquisa empírica apoiada em larga reflexão teórica que se inspirou na análise de vasta bibliografia das mais variadas tendências.

Os resultados a que chegaram os Autores e a percepção da complexidade do assunto merece uma reflexão do historiador e cientista social brasileiro, inclusive no que tange à construção ou a aplicação de modelos, já que o tema não pode, nem deve ser reduzido apenas à interpretação das questões reivindicativas, políticas ou ideológicas.